



31 DE MARÇO A 4 DE ABRIL 2014 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Proposta de Lei 214/XII](#)

Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital.

Autoria Governo

[Proposta de Lei 215/XII](#)

Procede à primeira alteração à Lei n.º 12/2009, de 26 de Março, que estabelece o regime jurídico da qualidade e segurança relativa à dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento, distribuição e aplicação de tecidos e células de origem humana, transpondo a Directiva n.º 2012/39/UE, da Comissão, de 26 de Novembro de 2012, que altera a Directiva n.º 2006/17/CE no que se refere a certos requisitos técnicos para a análise de tecidos e células de origem humana.

Autoria Governo

[Projecto de Lei 548/XII](#)

Aprova o regime do fornecimento, pelos agentes económicos, de sacos de plástico destinados a serem utilizados para carregar e transportar as mercadorias adquiridas pelos consumidores finais no comércio a retalho, implementando o sistema de desconto mínimo, com vista a reduzir a utilização massiva daquele tipo de sacos e a encorajar a sua reutilização.

Autoria PS

[Projecto de Lei 550/XII](#)

Oitava alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (Lei de Enquadramento Orçamental).

Autoria PSD, CDS-PP

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 216/XII](#)

Estabelece o regime fiscal das entidades organizadoras das finais das competições UEFA Champions League e UEFA Women's Champions League da época 2013/2014, bem como dos clubes desportivos, respectivos jogadores e equipas técnicas, em virtude da organização e participação naquelas partidas

AMBIENTE

[Resolução da Assembleia da República n.º 30/2014. D.R. n.º 67, Série I de 2014-04-04](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que proceda, com urgência, à regulamentação da [Lei n.º 53/2012](#), de 5 de Setembro, que aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público (revogando o [Decreto-Lei n.º 28 468](#), de 15 de Fevereiro de 1938)

AVIAÇÃO CIVIL

[Decreto-Lei n.º 50/2014. D.R. n.º 63, Série I de 2014-03-31](#)

Ministério da Economia

Estabelece o regime jurídico aplicável ao licenciamento das estações radioelétricas instaladas a bordo de aeronaves

[Portaria n.º 77-B/2014. D.R. n.º 64, Suplemento, Série I de 2014-04-01](#)

Ministérios das Finanças, da Administração Interna e da Economia

Fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede ANA, S.A., e nos restantes aeródromos e aeroportos

[Portaria n.º 77-C/2014. D.R. n.º 64, Suplemento, Série I de 2014-04-01](#)

Ministério da Economia

Estabelece os aeroportos e aeródromos nos quais é devida a taxa de segurança

CÓDIGO DA ESTRADA

[Declaração de Rectificação n.º 22/2014. D.R. n.º 64, Série I de 2014-04-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 56/2014](#), de 6 de Março, do Ministério da Economia, que altera o Regulamento do Código da Estrada, aprovado pelo [Decreto n.º 39 98Z](#), de 22 de Dezembro de 1954, publicada no Diário da República n.º 46, 1.ª série, de 6 de Março de 2014

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CPLP – COOPERAÇÃO CONSULAR

[Decreto do Presidente da República n.º 27/2014. D.R. n.º 65, Série I de 2014-04-02](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 24 de Julho de 2008

[Resolução da Assembleia da República n.º 28/2014. D.R. n.º 65, Série I de 2014-04-02](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 24 de Julho de 2008

DIREITO PÚBLICO

[Parecer n.º 15/2013. D.R. n.º 65, Série II de 2014-04-02](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Regime de responsabilidade pela conservação das pontes D. Luís e Infante D. Henrique sobre o rio Douro

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística 16 - Análise do sector das Actividades de Informação e Comunicação](#)

[Estudo da Central de Balanços 16 - Análise do sector das Actividades de Informação e Comunicação](#)

[Banco de Portugal suspende divulgação de informação sobre as taxas de juro EURIBOR e EONIA](#)

[Banco de Portugal divulga comissões de manutenção de conta de Serviços Mínimos Bancários e evolução do número de contas](#)

Carta-Circular

[N.º 4/2014/DET](#) - Divulga os nomes das empresas que mantêm as condições habilitantes para o exercício da actividade de recirculação de notas e moedas metálicas de euro.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Relatório Trimestral de Intermediação Financeira - 4º Trimestre 2013](#)

[Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais Português - Março de 2014](#)

[Indicadores Mensais sobre Recepção de Ordens por Conta de Outrem - Fevereiro 2014](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Breve Guia da EIOPA sobre as Orientações relativas ao Tratamento de Reclamações por Mediadores de Seguros](#)

À semelhança do ocorrido com referência às orientações relativas ao tratamento de reclamações por empresas de seguros e na sequência da divulgação da versão final das orientações relativas ao tratamento de reclamações por mediadores de seguros, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) aprovou e publicou o «One-Minute Guide on the guidelines on complaints-handling by insurance intermediaries».

Este documento, de fito informativo e desprovido de força vinculativa, destina-se a clarificar o teor das orientações em referência e a concretizar, à luz do princípio da proporcionalidade, a respectiva aplicação aos mediadores de seguros de reduzida dimensão («small insurance intermediaries»), em especial os mediadores que sejam pessoas singulares.

[Análise de Riscos do Sector Segurador e dos Fundos de Pensões](#)

FISCAL

[Portaria n.º 77-A/2014. D.R. n.º 63, Suplemento, Série I de 2014-03-31](#)

Ministério das Finanças

Regulamenta o modo de atribuição às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira da receita de IVA e revoga a [Portaria n.º 1418/2008](#), de 9 de Dezembro

[Decreto-Lei n.º 51/2014. D.R. n.º 65, Série I de 2014-04-02](#)

Ministério das Finanças

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 118/2011](#), de 15 de Dezembro, que aprova a orgânica da Autoridade Tributária e Aduaneira, introduzindo alterações ao regime de despesas

[Aviso n.º 48/2014. D.R. n.º 66, Série I de 2014-04-03](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa em 19 de Novembro de 2012

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO

Para melhor apreensão da realidade que resulta da aplicação da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei nº 62/2013, de 26 de Agosto) assim como da regulamentação do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de Março, o [Conselho Geral elaborou uma apresentação em PowerPoint respeitante às Comarcas que abrangem os Conselhos Distritais da Ordem dos Advogados](#)

SAÚDE

[Portaria n.º 78/2014. D.R. n.º 66, Série I de 2014-04-03](#)

Ministério da Saúde

Sexta alteração à [Portaria n.º 924-A/2010](#), de 17 de Setembro, que define os grupos e subgrupos farmacoterapêuticos que integram os diferentes escalões de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos

SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL

[Despacho n.º 4663-A/2014. D.R. n.º 63, Suplemento, Série II de 2014-03-31](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Estabelece regras para assegurar a articulação entre a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., no exercício das competências que lhes estão cometidas pelo artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial e procedimentos para as empresas abrangidas por esse artigo

SERVIÇOS POSTAIS

[Lei n.º 16/2014. D.R. n.º 67, Série I de 2014-04-04](#)

Assembleia da República

Procede à segunda alteração à [Lei n.º 17/2012](#), de 26 de Abril, que estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

TMT

[ANACOM lança folheto sobre o eQNAF - Portal de Frequências](#)

Folheto sobre a plataforma electrónica para pesquisa de informação sobre o planeamento e utilização de frequências, lançada a 08.01.2014.

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Declaração de Rectificação n.º 21/2014. D.R. n.º 63, Série I de 2014-03-31](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica o [Decreto Legislativo Regional n.º 4/2014/A](#), de 18 de Fevereiro, da Região Autónoma dos Açores, que procede à segunda alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A](#), de 2 de Dezembro, alterado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A](#), de 12 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 34, de 18 de Fevereiro de 2014

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 2/2014/M. D.R. n.º 64, Série I de 2014-04-01](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova a Conta da Região Autónoma da Madeira referente ao ano de 2012

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 3/2014/M. D.R. n.º 64, Série I de 2014-04-01](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova o relatório e conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira referente ao ano económico de 2012

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS LEGISLATIVOS

Regulamento (UE) n.º 331/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2014, que [cria um programa de acção em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a protecção do euro contra a falsificação \(programa «Pericles 2020»\)](#) e revoga as Decisões 2001/923/CE, 2001/924/CE, 2006/75/CE, 2006/76/CE, 2006/849/CE e 2006/850/CE do Conselho

Regulamento (UE) n.º 333/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2014, que altera o Regulamento (CE) n.º 443/2009 [a fim de definir as formas de consecução do objectivo de 2020 em matéria de redução das emissões de CO2 dos automóveis novos de passageiros](#)

Regulamento (UE) n.º 335/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2014, que altera o Regulamento (CE) n.º 1198/2006 do Conselho [sobre o Fundo Europeu das Pescas, no que diz respeito a determinadas disposições de gestão financeira aplicáveis a certos Estados-Membros afectados ou ameaçados por graves dificuldades de estabilidade financeira](#)

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento Delegado (UE) n.º 342/2014 da Comissão, de 21 de Janeiro de 2014, que complementa a Directiva 2002/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho [no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação para efeitos de aplicação dos métodos de cálculo dos requisitos de adequação dos fundos próprios aplicáveis aos conglomerados financeiros](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Comissão adopta regime de vistos mais flexível para estimular o crescimento e o emprego](#)

As propostas apresentadas irão encurtar e simplificar significativamente os procedimentos para as estadas de curta duração na UE, contribuindo para a diminuição dos custos e da burocracia mas mantendo simultaneamente o nível de segurança. Facultar o acesso ao espaço Schengen aos viajantes legítimos facilitará a visita a amigos e a familiares, assim como a actividade empresarial.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Grupo de Alto Nível debruça-se sobre o futuro do financiamento da EU](#)

Este grupo interinstitucional, cuja criação foi decidida durante as negociações sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) 2014-2020, procederá a uma reapreciação geral do sistema de recursos próprios. Está previsto que proceda a uma primeira avaliação no final de 2014. Os parlamentos nacionais terão a oportunidade de debater os resultados dos trabalhos numa conferência interparlamentar em 2016. Com base nos resultados desses trabalhos, a Comissão analisará, em paralelo com o processo de avaliação e reapreciação do QFP 2014-2020, a possibilidade de propor a reforma do sistema actual de recursos próprios para o período seguinte (pós - 2020).

[Cimeira da UE sobre os consumidores 2014: garantir que os consumidores tiram o máximo partido da economia digital](#)

Concretizar o mercado único digital beneficiaria os consumidores da UE, em média, em 400 euros por ano, cerca de 200 mil milhões de euros em toda a Europa. A economia digital apresenta benefícios para os consumidores, mas também suscita questões importantes sobre os direitos dos consumidores em linha. Este ano, a Cimeira dos Consumidores incidirá sobre a forma como poderemos assegurar que os consumidores tiram pleno partido do sector digital.

PARLAMENTO EUROPEU

[Parlamento Europeu vota a favor do fim da tarifa de roaming, do alargamento dos direitos dos consumidores e de melhores telecomunicações](#)

O Parlamento Europeu votou favoravelmente a proposta de eliminação das tarifas de roaming até ao Natal de 2015, no âmbito de uma votação mais alargada sobre a proposta de regulamento «Continente Conectado» (mercado único das telecomunicações) apresentada pela Comissão.

[Parlamento Europeu aprova limites máximos para comissões interbancárias e regras para pagamentos electrónicos](#)

O Parlamento Europeu votou uma proposta que introduz limites máximos para as comissões interbancárias de 0,2% para os cartões de débito e de 0,3% para os cartões de crédito e que proíbe a aplicação de encargos suplementares sobre este tipo de cartões, uma prática corrente no caso da compra de bilhetes de avião.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 3 DE ABRIL DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas para o horizonte 2014-2020, abrangendo os sectores ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aeroportuário-logístico, bem como os transportes públicos de passageiros.
- Caderno de encargos do concurso público de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A. (EGF).
- Proposta de lei que estabelece os requisitos de acesso e exercício da actividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações eléctricas, conformando-os com a legislação em vigor e com a transposição das directivas da União Europeia relativas ao reconhecimento das qualificações profissionais e aos serviços no mercado interno.

(...)

OUTROS

[Relatório Anual de Segurança Interna 2013](#)

[Taxas moderadoras - perguntas frequentes](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012